

FORMANDO OS BONS TRABALHADORES: OS PRIMEIROS GRUPOS ESCOLARES EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS.

FORMING THE GOOD WORKERS: THE FIRST PUBLIC ELEMENTARY SCHOOL IN JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS

Dalva Carolina (Lola) de Menezes Yazbeck

RESUMO

A implementação dos Grupos Escolares, em 1907, na cidade de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, constitui o novo espaço escolar da cidade, criado à luz da Reforma Educacional proposta para Minas Gerais em 1906. A sua instalação é resultado das aspirações culturais e das lideranças políticas, que se tornaram importantes fatores na conjugação das relações de poder econômico e político entre a esfera municipal e estadual. Para tanto, o texto aponta a importância da instalação do Grupos Escolares estaduais, enquanto local de educação para os filhos da classe pobre, que vieram ajudar a complementar o projeto educacional já existente na cidade, o qual assegurava, até então, somente a educação dos filhos da elite industrial.

Palavras chave: História de Educação; Espaço escolar; Educação de crianças carentes

ABSTRACT

The implementation of the public elementary school "Grupo Escolar", in 1907, in the city of Juiz De Fora, state of Minas Gerais, constitutes the new school space of the city, created in the light of the Educational Reformation proposal for Minas Gerais in 1906. Its installation is the result of the cultural aspirations and the political leaderships, that had become an important factor in the interaction of the economic and political relationship between the municipal and state spheres. For such, the text points the importance of the installation of the state "School Groups", as a local of education for the poor children, who had come to help to complement the already implemented educational project in the city, which assured, until then, only the education of the children of the industrial elite.

Key Words: Educational History; School space; education of poor children

¹ Doutorado em Educação (Puc-Rio). Pós Doutorado em Políticas Públicas na École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) Paris, França. Professora do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF. Coordenadora do Núcleo de Estudos do Conhecimento e da Educação NESCE e Coordenadora do Grupo de Pesquisa em História da Educação Regional. Contatos: yazbeck@terra.com.br.

Introdução

O nascimento dos Grupos Escolares em Juiz de Fora se deu no início do século XX, momento em que se organizava o Estado republicano e federativo brasileiro. Resultado de ações políticas estaduais e nacionais, o município foi pioneiro na instalação de um *locus* de ensino sistematizado, com a normatização de conteúdos disciplinares e de método pedagógico com o intuito de se eliminar as escolas isoladas e de se obter um maior controle sobre a educação das crianças, futuros cidadãos, construtores da nação.

A literatura sobre as primeiras instituições de instrução primária e secundária em Juiz de Fora é bastante escassa. Paulino de Oliveira aponta que no final do século XIX o colégio do Cônego Roussin, fundado em torno de 1860, pode ser considerado a primeira instituição de ensino da cidade. Porém, há registro de uma escola, criada antes do estabelecimento do Município¹ - a escola do Prof. Sampaio -, dirigida pelo Prof. José Anacleto Sampaio, “cidadão respeitável, tendo sido vereador municipal e ocupada posição de relevo na sociedade” (Oliveira, 1966:21).

A educação popular também está presente através do ensino profissionalizante a cargo da Escola Agrícola, instituída em 1869 para receber os filhos dos imigrantes alemães. Trata-se de uma experiência de pequena duração, esgotada pela pouca procura por essa instrução. Se, por um lado, se percebe, nessa iniciativa, a influência de uma concepção educacional voltada para o preparo do ofício, comum nas culturas anglo-saxãs, pode-se também detectar, no curto período de existência da escola, a prevalência da ideologia ibérica, de valorização do ensino propedêutico, preparatório para as profissões nas quais a retórica tem um papel importante, razão pela qual as camadas dirigentes ou em ascensão revelam preferência especial pelas faculdades de Direito (ver Romanelli, 1982; Cunha, 1980; Yazbeck, 2000).

Nos anos subseqüentes, são criadas na cidade várias instituições de ensino básico e médio, na sua maioria de iniciativa particular, ressaltando alguns poucos grupos escolares pertencentes ao poder público. Não há dúvida quanto ao cuidado com a instrução e o alto prestígio dessas instituições, ao menos da perspectiva dos contemporâneos:

“A instrução quer pública quer particular, está sendo fartamente distribuída por uma série de esplêndidos estabelecimentos. Desde remotos tempos que Juiz de Fora possui bons institutos de ensino e se esmera na da mocidade.” (ESTEVES, 1915:259).

Até 1890, Juiz de Fora reproduz na educação o perfil corrente no Império, durante o qual predomina, em todo o país, o ensino particular entre 1860 e 1890 registra-se a sua maior expansão, por intermédio da ação do clero nos seminários ou em escolas confessionais, consagrando o caráter religioso, literário e retórico do ensino secundário (Azevedo, 1963). Roque Spencer Maciel de Barros situa nesse período o confronto entre uma tradição católica conservadora, opondo-se com tenacidade à perspectiva de um Estado laico que afastasse a educação e a cultura da órbita religiosa, e os intelectuais da ilustração brasileira, identificados com o ideário liberal ou com o cientificismo (Barros, 1986).

Yazbeck (2000) dá ênfase ao movimento das transformações decorrentes da industrialização que tornam-se mais evidentes em Juiz de Fora após 1890², quando se instalam na cidade fábricas de maior porte e aumenta significativamente a população operária. Industriais, cafeicultores e comerciantes investem em eletrificação, comunicação, transporte e no sistema bancário, procurando dotar a cidade de uma infra-estrutura adequada ao desenvolvimento industrial, no qual a educação é vista como um investimento necessário à expansão da economia.

No cenário nacional com o advento da República é inaugurada uma nova etapa na história da educação brasileira. A desarticulação do sistema educacional provocada pela política republicana, em particular a separação entre o Estado e a Igreja, compõe um quadro favorável para que novas instituições venham a sugerir outros tipos de escola.

¹O município de Juiz de Fora foi criado em 1850

²Esse momento é caracterizado por Giroletti como o segundo período da industrialização em Juiz de Fora (ver Giroletti, 1988).

Quanto à educação, até 1890, Juiz de Fora reproduz na educação o perfil corrente no Império, durante o qual predomina o ensino particular. Entre 1860 e 1890 registra-se a sua maior expansão por intermédio da ação do clero nos seminários ou em escolas confessionais, consagrando o caráter religioso, literário e retórico do ensino secundário (Azevedo, 1963).

Dentre outras instituições de ensino fundadas nesse período em Juiz de Fora, destacam-se duas escolas, representativas da ação das elites locais em favor da nova ordem competitiva, mediante a atribuição de um novo perfil à educação primária, secundária e superior: o Granbery, criado em 1890, e a Academia de Comércio, cuja fundação data de 1894. (Yazbeck, 2000)

Aos pobres restavam as poucas possibilidades de educação fornecida pelo trabalho meritório e missionário de alguns mestres - escolas que usavam o seu próprio domicílio para o acolhimento dos alunos.

Minas Gerais e a educação

O ensino das primeiras letras no Estado de Minas Gerais era conduzido, no início da República, por mestres-escolas, assim como em outras cidades do país. Os mestres se ligavam à comunidade e realizavam um trabalho em que sobressaía a dedicação além da preocupação com a formação disciplinada do aluno e, para tal, não faltava a ameaça da palmatória. Eram escolas isoladas, que muitas vezes funcionavam na casa do próprio mestre com programas, horários por eles definidos e tendo como método a utilização das antigas e famosas cartilhas. O Estado era omisso na criação e manutenção de escolas e esta ausência era compensada com o enaltecimento da figura do professor-sacerdote. O que realmente importava era o zelo, a dedicação com que o mestre executava o seu trabalho. Não eram enfatizadas questões como competência, metodologias e domínio de conteúdos.

Estas condições não se adequavam à realidade de Juiz de Fora e nem aos princípios ideológicos que nortearam o processo da Proclamação da República e a estruturação do novo governo, no início do século XX. Além da formação da mão-de-obra havia a preocupação de formar e controlar a massa de eleitores, que se ampliaria a partir da definição do voto universal.

Era preciso organizar a educação, dar-lhe uma estruturação com o controle do Estado. A Constituição de 1891 estabeleceu que a instrução elementar fosse de responsabilidade do Estado e, no processo de racionalização, transformou o professor-sacerdote em funcionário público, normalizando o seu trabalho e, conseqüentemente, tirando-lhe a autonomia. É criado o cargo de Inspetor Geral de Instrução Pública além de outros cargos técnicos como inspetores ambulantes para promover a fiscalização das escolas do interior além do Conselho Superior de Instrução.

Nestes primeiros anos da República, ocorreu a Reforma Educacional do Estado de Minas, promovida no governo de Afonso Pena com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino elementar e a formação dos professores. Através do Decreto nº 607, de 27 de fevereiro de 1893 foi criada uma nova estrutura para a escola normal com a finalidade de formar professores competentes criando cursos intensivos, com duração de 4 anos e 21 matérias. Nesta perspectiva, em 1894 foi criada a Escola Normal de Juiz de Fora, funcionando no prédio que serviu ao antigo mercado da cidade. Posteriormente, foi transferida para o palacete Santa Mafalda, onde lecionaram os acadêmicos José Paixão e José Rangel.

Apesar das perspectivas que se abriam, a situação da educação no estado e em Juiz de Fora era um caos. Aliado aos problemas do despreparo profissional o desestímulo gerado pelos baixos salários e as condições físicas precárias constituíam-se em verdadeiros obstáculos que as reformas pretendidas não seriam suficientes para dar soluções efetivas.

A importância do Grupo Escolar em Juiz de Fora para os trabalhadores

A organização de uma sociedade baseada no trabalho livre, com os trabalhadores capacitados, tornou-se o desafio do projeto modernizador proposto especialmente por João Pinheiro, no qual a educação era o eixo central, onde o trabalho era visto sob um novo entendimento, que eliminava a antiga concepção de mão de obra servil, mas, que preparava a mão de obra capacitada.

Esta proposta era bem vinda para Juiz de Fora que se firmava como cidade de vocação industrial, que apresentava um panorama diferente das cidades mineiras coloniais. Estas com suas igrejas e marcas do período colonial da extração do ouro, Juiz de Fora, com suas fábricas, seus estudantes e uma economia capitalista liderava a região da zona da mata mineira.

Este momento sinaliza a maior complexidade do espaço urbano em formação. A sociedade enfrenta novos desafios provocados pelas grandes mudanças quer sejam as provocadas pelo progresso, quer pelas desigualdades sociais, pelo crescimento urbano desordenado ou pelas epidemias, etc.

Entende-se que a escola primária neste novo contexto não se afastará destes conflitos, mas atuará como elemento definidor dos limites do Estado, ao deixar de ser o prosseguimento familiar e religioso. Este novo local torna-se gradativamente um espaço público e simbólico da modernização e de centralização do papel estatal, renovador do *habitus* pedagógico através da formação do professor que repercutirá indiretamente nos *habitus* sociais. (Nunes, 2000)

Pode-se afirmar que a proposta educacional do estado que se institucionalizou na cidade percebia a escola como um espaço que deixa de ser apenas o local de racionalização do conhecimento para ser reconhecida como instrumento de mudanças, criadora de hábitos, voltada para instrução, formação e profissionalização, mediadora entre sujeitos sociais e a sociedade.

Em 04 de fevereiro de 1907, pelo Decreto nº 1886, ocorreu a instalação do Primeiro Grupo Escolar, sob a direção de José Rangel, cujo total de matrículas foi de 470 alunos. No mesmo ano, no dia 23 de março, foi inaugurado o Segundo Grupo Escolar, com 396 alunos. O segundo Grupo ficava sob a administração do mesmo diretor, do servente e do porteiro do Primeiro Grupo Escolar. Ambos funcionavam no mesmo prédio, que após ter sido oferecido ao Imperador Pedro II que ao recusá-lo aconselhava destiná-lo para o abrigo de doentes ou para uma escola.

No ano de 1915, o Primeiro Grupo Escolar recebeu a denominação de Grupo José Rangel e o Segundo Grupo Escolar de Grupo Delfim Moreira.

Em pouco tempo o casarão que antes abrigara a Escola Normal, de estilo neoclássico, passou a ser denominado de Grupos Centrais, nome justificado pela sua localização, em frente a catedral Metropolitana, numa área central, que nos idos dos primeiros vinte anos do século XX, compunha um trecho urbano considerado nobre, na principal avenida da cidade, em cujas vizinhanças abrigavam as residências da alta burguesia local. O casarão permanece ainda nos dias atuais, ampliado na parte de trás do prédio. Abriga, hoje, somente o Grupo Escolar Delfim Moreira, em meio de intensa movimentação de pessoas e veículos, impedido de ser derrubado pela onda de especulação imobiliária, por ser preservado pelo Patrimônio Histórico de Juiz de Fora.

O Jornal do Comércio no dia 04 de fevereiro anuncia a instalação do grupo escolar através de um convite à população.

“Effectua-se hoje as 11 horas a solenidade da instalação do 1º Grupo Escolar desta cidade. A esse acto poderão comparecer todos quantos se interessarem pelos assumptos que dizem respeito à instrução, pois não há convites especiais, conforme nos informa o respectivo director nosso colega José Rangel.”

A imprensa local noticiou a inauguração do Grupo Escolar destacando a importância das representações políticas e intelectuais presentes ao evento..

“No dia 04 de fevereiro, às 11 horas da manhã, no salão nobre da Escola Normal, ocorreu a instalação do Grupo Escolar.”

A sessão foi aberta por José Rangel e em seguida o presidente da Câmara (1905-1907), Dr. Duarte de Abreu lembrou à Casa a conveniência de ser prestado um auxílio pecuniário às crianças pobres, destinado à compra de roupas para que possam comparecer às aulas com a necessária decência.

Projeto apresentado à Câmara Municipal no dia 04 de fevereiro de 1907 pelo vereador Antonio Cerqueira

Artigo 1º - Fica o agente executivo autorizado a dispender a título de auxílio às crianças pobres matriculadas no grupo escolar nesta cidade, até a quantia de 500\$, que será entregue ao respectivo diretor.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

A sessão foi encerrada com os alunos cantando o "hino do Grupo Escolar de Juiz de Fora", com letra de José Rangel e música do maestro Carlos Alves. Em seguida, à sessão fotográfica na frente do prédio com as professoras e autoridades, os alunos saíram em passeata percorrendo várias ruas da cidade.” (O Jornal do Comércio, de 05 de fevereiro de 1907).

A cidade guarda com um curioso orgulho a idéia do pioneirismo, por ter ela abrigado a instalação do primeiro Grupo Escolar do estado de Minas Gerais. Algumas fontes nos dão pistas que podem confirmar esta postura vaidosa que retrata mais um sentimento de estar à frente da capital, mesmo que seja por um dia de diferença.

O órgão oficial do estado o Jornal Minas Gerais, noticiou que "com verdadeiro entusiasmo os grupos escolares estão sendo instalados. Instala-se hoje o primeiro Grupo Escolar da Capital, de Juiz de Fora. Chegou um telegrama dirigido ao Sr. Carvalho Brito dizendo ter sido instalado ontem um grupo escolar com 470 alunos sendo esse acontecimento muito aplaudido pela população daquela adiantada cidade."

Duas questões sugerem o fato de Juiz de Fora instalar o Grupo Escolar em quase momento análogo ao da capital mineira. A primeira pode ser entendida diante da atuação da representação política em assuntos de bastante relevância política estadual.

Em se tratando de representação política os representantes de Juiz de Fora ascendiam no cenário estadual, marcado por um radicalismo e por uma rejeição ao domínio político da área mineradora. Defendiam a necessidade de uma nova capital para o estado mineiro e de autonomia municipal com o objetivo de esvaziar a ascendência política da tradicional área, cuja importância decorreu do período colonial. (Bomeny, 1994 p.35).

Nesta afirmativa conforma-se também a importância da questão política intimamente ligada à atuação de homens envolvidos com o projeto modernizador republicano. Neste caso, há importantes personagens que eram funcionários públicos, envolvidos com a educação, e que também atuavam como jornalistas, politicamente ligados ao PRM, tal como o inspetor e jornalista Estevan de Oliveira e como José Rangel (1868 - 1940), natural de Pitangui M.G. Este último colega de magistério e de jornalismo e também grande admirador do político Antonio Carlos de Andrada, (1870 - 1946) natural de Barbacena, M.G., importante figura política, atuante nas esferas do estado e da política nacional que chegou à presidência da República, e que mantinha sua base política na região da Mata Mineira. Estes homens que atuavam na educação e ligados a Juiz de Fora, sem dúvida formavam parte da rede de conhecimentos políticos influentes que foram importantes no desenvolvimento do projeto dos Grupos Escolares na cidade. (Yazbeck, 2004).

Por outro lado, ainda como uma segunda questão a ser levantada para se entender por que a cidade de Juiz de Fora tivesse a imediata instalação do Grupo Escolar, pode-se afirmar que houve a concorrência da cidade quanto à sua dinâmica vida cultural, a sua influência na região como pólo cultural e econômico..

"Juiz de Fora sempre gozou do merecido conceito de cidade culta, e essa cultura não se tem limitado apenas à sociedade que a constitui, por intermédio dos seus institutos de educação, as suas boas letras e costumes civilizados, irradia a sua influência a regiões longínquas, muitas além da circunscrição mineira. Desde tempos bem remotos têm sido os seus educandários freqüentados por numerosas gerações de estudantes, de afastadas procedências, pela circunstância de se encontrarem estabelecimentos de ensino secundário tão somente em privilegiados centros, dispersos por zonas distantes e de difícil acesso." (Rangel, s/d.p.160).

Não escapa a idéia de que o projeto de instalação do Grupo Escolar ao ordenar o seu papel social numa cidade voltada a economia industrial revela a intenção da aproximar a escola e o trabalho fabril, sem deixar de assinalar o seu papel na moderna dimensão do mundo urbano. A escola por um lado reafirmava o espírito da organização do trabalho nos moldes capitalista, cujo ideário era a superação do atraso social visando o progresso, a civilização e a ordem social. Por outro lado, este projeto vem se integrar ao projeto cultural e educacional existente em Juiz de Fora, elaborado pela elite industrial. Assim, o principal centro industrial do estado, que mereceu a denominação de "Manchester Mineira" recebe com atenção e expectativa o Grupo Escolar, já que a educação estatal imprimia uma nova ética do trabalho, cuja força disciplinadora organizava a formação do trabalhador. (Yazbeck, 2004).

O primeiro Diretor dos Grupos Escolares, José Rangel, em relatório de 1907, expressou a esperança de que a ampliação de escolas e, conseqüentemente, das perspectivas de acesso para as crianças, descortinaria um horizonte revolucionário para a sociedade.

Uma verdadeira revolução se operará nos costumes, sob o ponto de vista moral, atingindo os benefícios dela a própria vida econômica, pois "teremos em vez de um exército de analfabetos a povoarem as oficinas, um pessoal operário suficientemente preparado para exercitar os seus misteres com inteligência e aptidão". (Faria Filho e Vago, 2000, p.41).

Para Carvalho Brito, Secretário do Interior, era fundamental que a reforma iniciasse por Juiz de Fora e em carta datada de 1º de setembro de 1908 ao diretor José Rangel, afirma com exagerado otimismo:

"A reforma do ensino fracassaria em Juiz de Fora se a não realizasses. Triunfante na capital intelectual de Minas, seu triunfo está garantido em todo o Estado e talvez em todo o país(...) Agora a incumbência. Sem que ninguém pudesse supor que obedecia a uma orientação, procurei destacar todos os bons elementos intelectuais daí para que comigo colaborassem, e, agora peço-te que sejas perante eles o intérprete do meu reconhecimento". (Christo, 1994, p.119)

Considerações Gerais

O Grupo Escolar nasceu com uma função social bem definida: fazer bons cidadãos e, acima de tudo, bons trabalhadores. O ensino elementar era concebido a partir de uma missão moralizadora e civilizatória onde o discurso liberal era sobreposto pelos mecanismos disciplinadores era preciso formar o cidadão submisso aos moldes impostos pela camada dominante. A visão que se possuía da escola se aproximava da visão do funcionamento de uma fábrica: a hierarquia, a obediência, a disciplina, os bons hábitos.

É interessante perceber o aproveitamento do prédio no qual o Grupo Escolar foi instalado no dia 04 de fevereiro, ao inaugurar o dia 23 de março do mesmo ano o "segundo" Grupo Escolar, funcionando no mesmo prédio, com o mesmo diretor, servente e porteiro, mas funcionando no período noturno.

A justificativa para a escolha do município de Juiz de Fora sediar o os primeiros grupos escolar de Minas Gerais, no ano de 1907, deveu-se a sua referência como cidade de dinâmica vida cultural e de influente representação política no estado.

Assim, numa conjugação das relações de poder econômico e político entre a esfera municipal e estadual aqui podendo se entender o primeiro como microcosmo do universo da nação, Juiz de Fora consegue institucionalização de dois grupos escolares e que são os primeiros grupos de Minas Gerais.

O Grupo Escolar trazia na sua organização uma divisão e hierarquização do trabalho na qual o professor se submetia ao controle do Estado podendo assumir um papel eficiente na educação do trabalhador. (Arroyo, 1985).

A reforma mineira, destinada à educação pública, em 1906, estava endereçada às camadas pobres e consagrava a existência dos Grupos Escolares, imprimindo a partir de então, uma nova cultura do ensino escolar.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil. Editora da Universidade de Brasília, 1963.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*. São Paulo, Editora Convívio/ EdUSP. 1986.

BOMENY, Helena *Guardiães da Razão: os modernistas mineiros*. Editora da UFRJ

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *A Europa dos Pobres: a belle-époque mineira*. Juiz de Fora, EDUJUF, 1994

CUNHA, Luis Antônio. *A Universidade Temporã*. Da Colônia a era Vargas. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1980.

ESTEVES, Albino *Álbum do Município de Juiz de Fora* (org. Oscar Vidal Barbosa Lage e Albino Esteves) Belo Horizonte. Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915.

FARIA FILHO, Luciano Mendes e VAGO, Tarcísio Mauro. A Reforma João Pinheiro e a Modernidade Pedagógica. In: *Lições de Minas*. 70 anos da Secretaria de Educação. Belo Horizonte, Governo de Minas Gerais, setembro de 2000.

JUIZ DE FORA - *Jornal do Comércio* de 05 de fevereiro de 1907

JUIZ DE FORA - Juiz de Fora passado e presente. Dicionário escolar. Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Governo e Instituto de Pesquisa e Planejamento 2000.

JUIZ DE FORA -Jornal - Minas Gerais dos dias 04 e 05 de Fevereiro de 1907,

JUIZ DE FORA : Jornal O Pharol 04 e 05 de fevereiro de 1907

JUIZ DE FORA Jornal Minas Livre., de 08 ; 15 de outubro e 22 de dezembro de 1891. Anno I

OLIVEIRA, Paulino de Efemérides Juizdeforanas. Juiz de Fora, Ed. Da UFJF,1975

RANGEL, José. Como o tempo passa... aspectos, fatos, figuras e costumes antigos e contemporâneos. Rio de Janeiro, A “encadernadora”, S. A.

ROMANELLI, Otaíza. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis Editora Vozes. 1982. Tempo Brasileiro . Rio de Janeiro . R.J. 1994

YAZBECK, Lola. As origens da Universidade de Juiz de Fora. Juiz de Fora, EDUJF, 1999.

YAZBECK, Lola. *Um Projeto Modernizador: o Grupo Escolar numa cidade de vocação industrial*. Texto Inédito. 2004